

### **Sêneca e o Conceito de *Virtus* no Império Romano**

Juliana Figueiredo Moro (UEM-PIBIC/CNPQ Fundação Araucária)

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o conceito de *virtus* no Império Romano na ótica de Lucio Aneu Sêneca. Para o entendimento deste conceito, Sêneca utilizou elementos dos ideais estoicos. Em obra *Sobre a Tranquilidade da Alma*, Sêneca expos seus conhecimentos aprimorados na *virtus*, como algo específico do homem romano. Para ele, a virtude baseava-se na razão, na honestidade, na verdade, no homem desprovido de vícios. Com o conhecimento da *virtus*, Sêneca pôde compreender melhor os vícios que corrompiam facilmente o ser humano e assim remediá-los. Para isto, propôs um comportamento que visava à formação do homem ideal, sábio e agente social para recuperar a integridade e prestígio de Roma. O Estoicismo ia ao encontro das antigas virtudes. Tratava-se de uma doutrina filosófica que privilegiava a harmonia do homem com a natureza, servindo também de sustentáculo moral, em uma época em que a sociedade romana passava por declínios de valores, tradições e costumes. Essa escola procurava dar solução aos problemas da felicidade individual do indivíduo que ambos declaravam susceptível de ser atingida.

Palavra-chave: Sêneca; *Virtus*; Cidadania; Império Romano.

Lucius Annaeus Sêneca nasceu em Córdoba, na Espanha provavelmente 4 a.C., e faleceu 65 d.C. Desde muito cedo, foi educado entre os romanos, tendo a oportunidade de fazer carreira em Roma onde tornou-se homem de letras e cortesão. Uniu-se com Hêlvia com quem teve três filhos. Durante o reinado do imperador Cláudio (41-45 d.C.), foi banido para Córsega no ano de 41 d.C., onde permaneceu por 8 anos, acusado de manter envolvimento com Messalina. Dedicou-se ao campo da oratória, retórica, dos tratados, da ética, da filosofia, da política, literatura entre outros. Sendo um homem de letras, não passou despercebido aos olhos da elite romana, conseguindo ocupar cargos importantes na corte romana como questor, estadista e orador em Roma. Desta forma, participando ativamente da vida política, conseguiu chegar ao Senado. Admirado entre a elite romana, foi convocado por Agripina para ser preceptor de Nero. Assumindo o cargo tornou-se o principal conselheiro político de Nero, obtendo influência benéfica nos primeiros anos de governo. Os conflitos desencadeados no governo de Nero, porém, acabaram desgastando suas relações com Sêneca. Nero mostrou-se infiel às lições de Sêneca. Deixando-se levar pelas paixões e os vícios, colocou o poder a serviço de seus caprichos, levando nosso filósofo (Sêneca) a atitudes incompatíveis com as concepções estoicas, obrigando a retirasse imediatamente da vida pública. Anos mais tarde por volta de 65 d.C., morreu cortando suas próprias veias por ordem de Nero. Como filósofo, pode-se considerar que Sêneca é o principal representante romano do Estoicismo, pois foi educado sob os preceitos estoicos. (HARVEY, 1998, p.548).

O Estoicismo, escola que influenciou os pensamentos de Sêneca, é uma doutrina filosófica com vários fundadores de diferentes épocas, sendo uma sabedoria de ordem prática. Teve como eixo um sistema que abrange a cosmologia, a lógica e a física. As origens da Escola Estóica são remotas, partindo de Atenas por volta de 315 a.C., fundada por Zenão de Cício. Este filósofo considerava o mundo um conjunto orgânico e animado, controlado por uma inteligência-Deus. Com respeito a moral, enfatizava que o homem nasceu para viver em harmonia com a natureza, desta forma poderia atingir a virtude alcançando a sabedoria e a felicidade.

Para destaque desta escola, existiam três grandes períodos que a caracterizavam: o Estoicismo Antigo tinha como centro de suas atividades em Atenas no século III a.C; o Estoicismo Médio no século II a.C., onde começou a latinizar-se; e, por último, onde se encontrava nosso representante (Sêneca), o Estoicismo Imperial do século I e II d.C., sendo de caráter essencialmente romano, abandonando completamente a lógica e a física para interessar pelo campo da moral, atendendo aos interesses romanos. Os estoicos viam a moral como uma filosofia: um estudo do bem e dos males, um estudo da virtude, do soberano bem, um estudo do primeiro valor e o estudo das condutas humanas. O vínculo estabelecido por Sêneca com o Estoicismo partia das questões sociais como era o caso da moral. Portanto, a moral para os estoicos era compreendida como regras de condutas ou hábitos julgados válidos para um grupo de indivíduos ou pessoa determinada a realizar alguma ação. (BRUN, 1986, p. 15).

O Estoicismo considerava que o homem deveria cultivar boas relações com a natureza, o que os romanos conheciam como *vivere naturae*. Este *vivere naturae* tinha sentido metafísico, porque a natureza era para estoicos entendida como especificidade do homem, isto é, como ente dotado de razão. Logo viver de acordo com a natureza era desenvolver a razão e pautar-se por ela. O homem devia submeter-se a ordem do universo. Somente desta forma, poderia aproximar-se do chamado *soberano bem*. O *soberano bem* era, portanto, viver possuindo ciência do que era conforme a natureza e tornando-o seu, ou seja, tudo aquilo que podia ser útil para o homem.

Existiam três fatores essenciais para a compreensão das questões estoicas: os conceitos de moral, de soberano bem e de virtude. A moral era compreendida por Sêneca como algo que

nos orientava e define como deviam ser praticados nossos atos. *Soberano bem* era entendido como a utilização da ciência em seu benefício conforme a natureza, ou seja, era aquilo pelo qual ou a partir do qual poderia ser obtido o útil. E, por último, a *virtude* era entendida como uma disposição da alma ou uma ação para viver de maneira constante e adequada.

O Estoicismo pertencia à Estoá, que significava o comprometimento moral e político. Esse objetivo responde aos ideais de Sêneca. Tendo o *mos maiorum* (as tradições) perdido o seu vigor, coube a estoá reavivar a ética periclitante. Os estóicos recomendavam uma consciência moral vigilante. O desprezo aos bens materiais, domínio de si, igualdade entre todos os homens sem distinção de raça tornaram-se ideias correntes em meio ao povo. Portanto, o Estoicismo mostrou-se como uma garantia de uma existência feliz, tranquila e justa para o homem. Apresentava-se ser o único caminho que o homem poderia seguir para manter-se afastados de todas as perturbações da vida material e do quadro social romano (ULLMANN, 1989, p. 115).

Devemos evidenciar que o pensamento filosófico estóico tinha o primeiro fundamento na prática social, tendo como característica o individualismo. Por isto, não se preocupou em primeiro lugar com o bem-estar da sociedade, mas sim com o homem como indivíduo. Dando prioridade aos indivíduos e suas ações na sociedade em que vivia, isto passa a refletir na sociedade como um todo.

Portanto, tornou-se necessário mapear o contexto histórico. No primeiro século da era cristã, nos deparávamos com a forma de governo do Principado. É sabido que a estrutura da Res pública já não conseguia manter seu domínio em Roma. Desta forma, tornou-se necessária outra forma de governo que conseguisse atender aos interesses das elites. Otaviano (27 a.C-14 d.C) foi o primeiro a dar início ao governo. O objetivo era instalar um regime ambíguo em que as instituições republicanas fossem conservadas sob a direção de um *princeps*. Daí derivava o nome Principado.

O príncipe passou a acumular poderes que antes estavam nas mãos de diferentes magistrados. Os poderes fundamentais dos príncipes eram o poder tribunicio (tinha direito de convocar assembleias populares e o senado) e o *imperium* (com direito de intervir em Roma e em todas as províncias). Estava responsável, também, pelo comando do exército.

Segundo o historiador Géza Alföldy (1989), a organização social do Alto Império era comporta por ordens e estas dependiam de fatores sociais, políticos e jurídicos. Os grupos sociais conseguiam definir o tipo de relação e posição social que estabeleceria cada ordem. A economia romana do Império era essencialmente agrária, por isso a maioria da população e das atividades estava voltada para o setor agrário. A função social desempenhada pela agricultura, o principal critério econômico para a divisão social, era a posse da terra que exprimia a quantidade de dinheiro. Os modos de vida dos ricos e dos pobres eram radicalmente diferentes. Os ricos desfrutavam de vida luxuosa obtendo as altas funções (lugares mais importantes na administração do Império e no comando de exércitos e das tropas que estavam reservados para senadores e cavaleiros) enquanto os pobres empenhavam-se no setor agrário. Além disto, a posição social que cada um ocupava na sociedade romana era determinada pelo nascimento, já que a posição social de cada família era geralmente hereditária.

As camadas superiores eram compostas pela ordem senatorial e equestre, estando mais próximas à administração do Império. A carreira senatorial ou *ordo senatorius* compunha-se de cargos e serviços sob ordens do príncipe, sendo hereditário. A carreira senatorial era feita através do *cursus honorum*, pelo qual, os jovens senadores recebiam uma educação diferenciada de origem privada. Esta ordem era constantemente renovada por homens novos que passaram a ter acesso ao senado. A ordem equestre ou *ordo equestre*, também conhecida

como ordem dos cavaleiros distinguia-se, porém, entre si por exercerem ou não cargos públicos e pela categoria de não ascenderem na ordem equestre. Para pertencer a esta ordem, era necessário uma quantia acumulada de fortuna. Tendo estes requisitos e considerado um bom cavaleiro, este poderia tornar-se administrador de uma pequena província ou poderia estar à frente da Prefeitura do Pretório. Muitos cavaleiros que não conseguiam ingressar em uma carreira de funcionários do Estado ou que não tinham a possibilidade por falta de capacidade ou de relações influentes optavam por dedicar-se aos cargos civis.

Os grupos sociais inferiores também mereciam destaque, sendo heterogêneos. Eram eles a plebe *urbana* e a *rustica*, definidas pela diferença entre população urbana e rural. A plebe *urbana* possuía condições mais favoráveis quando comparada com a *rustica*, pois estando na cidade havia maiores possibilidades de ganhar dinheiro, mas também estava dependente das camadas superiores. A plebe *rustica*, por outro lado, compunha a maioria da população como homens livres, libertos e escravos, que se ocupavam de diferentes atividades de trabalho. Ocupavam profissões intelectuais como conselheiro jurídico, administradores de casas, pedagogos, artistas, músicos, engenheiros, etc. As condições de vida, entretanto, eram geralmente miseráveis, o vestuário, a moradia, a alimentação também eram elementos que diferenciavam estas classes. Envolvido nesta sociedade, tínhamos o escravo que estava geralmente sujeito a um tratamento mau, não podendo escolher livremente a profissão ou residência e sendo a sua possibilidade de fazer fortuna muito limitada. As camadas mais baixas da população eram desprezadas pelos círculos mais elevados, sendo excluídos de participação nas questões públicas (ALFOLDY, 1989, p.148 a 151).

O estabelecimento do Império foi uma solução política encontrada para assegurar a estabilidade do poder. O poder que anteriormente concentrava-se nas mãos do senado passa a ser centralizado na figura do imperador. Sabe-se que os dois primeiros séculos do Império foram conhecidos como a *Pax Romana*. Novos territórios eram anexados, havia investimentos nas províncias, no exército e na defesa das fronteiras, nas cidades, na economia (descentralização das atividades econômicas da Península Itálica), arrendamento de terras, investimento no comércio. Apesar deste desenvolvimento, a economia ainda permaneceu agrária.

Baseado no calendário Júlio-Claúdios, vários homens conseguiram chegar ao poder. Tibério (14-37 d.C) tornou-se imperador em Roma. Era um homem experiente e bom militar, conhecia bem o Império que herdou. Logo de início em seu reinado tratou de reforçar os poderes do Senado. Tornou o poder algo sucessório entre as famílias, na intenção de passá-los aos parentes. Com sua morte, assumiu o trono Calígula (37-41 d.C), que alcançou popularidade em meio ao exército. Como imperador, porém, não alcançou grande prestígio, envolvendo-se em conflitos com os senadores. Depois, assumiu o poder Cláudio (41-45 d.C), tio de Calígula. Cláudio investiu na economia dos portos e na ordem equestre, regulamentando a carreira a serviço do Estado. Casou-se com Agripina e adotou Nero, filho do primeiro casamento. Desejando o poder, Agripina logo transformou Nero no mais novo imperador de Roma. O governo de Nero (54-68 d.C) foi orientado por Sêneca que desejava inaugurar uma nova idade do ouro, onde a justiça e a força seriam guiadas pela *humanitas*. Nero, então, deu início a uma política marcada em sintonia com o Senado, mas ao longo do tempo envolveu-se em escândalos conseguindo reunir contra si grande parte dos senadores e pretorianos. Mais tarde, foi acusado de ter incendiado Roma. Diante desta situação, Nero suicidou, levando ao fim os reinados dos Júlio-Claúdios (Grimal. P, 1999, p 81 a 91).

O tratado intitulado **Sobre a Tranquilidade da Alma** de Sêneca foi escrito aproximadamente no ano de 61 d.C, para responder as dúvidas do discípulo Sereno. Além

disso, ficam visíveis as influências externas de caráter social destacando como fator natural o sofrimento da própria condição humana que passava pela relação entre corpo e alma. Nesta obra, Sêneca dava prioridade à política, na tentativa de orientar o homem romano ao comprometimento de boas ações. Com simplicidade, Sêneca demonstrava as paixões, os vícios, as fraquezas humanas e os examina de perto, vivencia-as e tentava combatê-los. O filósofo se identificava com o meio social que o envolvia e que estava presente em seus tratados filosóficos. Tal identidade deve ser atestada por sua escala de valores, já que suas palavras estavam fundamentadas na certeza de que a virtude era o supremo bem. Ele próprio era um homem que ocupava uma posição privilegiada na sociedade e admirava os homens de moral. Como bom estóico que age no campo da moral, busca orientar a prática da *virtus* e aponta a falta de homens virtuosos preocupados em agir em prol de uma sociedade melhor.

Para compreendermos o conceito de *virtus*, elemento tão importante para Sêneca na formação do homem romano, precisamos defini-la. Segundo Maria Helena da Rocha Pereira em sua obra Estudos de História da Cultura Clássica (1998), Sêneca e os romanos compreendem a virtude como um valor fundamentalmente romano, urbano e característico do homem, referente à vida privada. *Virtus* era aquilo que podemos chamar de honesto, de reto, de boa conduta, de conveniente, de bom; era ser “homem” no sentido de ser “homem direito” e “homem correto”. Era o homem que individualmente estava pré-disposto a realizar sem interesses grandes ações, quem zelava por ela, não necessitava temer sua perda. O longo do tempo muitos historiadores e filósofos buscaram compreender entender a virtude. *Virtus* ainda podia ser compreendida como uma disposição da alma para viver de maneira constante, adequada, firme e atuando na prática do bem. Isto se confirma neste trecho:

“... Deste modo um homem virtuoso é ao mesmo tempo um meditativo é um homem de ação, a virtude é um saber e pode ensinar-se; quem a possui não mais a perde. Por isso a virtude é também um ser vivo, pois, segundo a essência, ela existe mediante o pensamento...” (BRUN, 1986. P.80).

Em busca do ideal de homem virtuoso, Sêneca demonstrava quem poderia representá-lo na sociedade romana. Em Roma, nem todos usufruíam das mesmas condições políticas, econômicas e sociais. Só era considerado homem aquele que também era cidadão, sendo visíveis as diferenças entre os romanos devido à natureza, patrimônio, família e poder. A virtude quando aplicada a política poderia render méritos, podendo o homem fazer uso de sua cidadania. A cidadania romana se apresentava como uma condição social e quando associada à fortuna pessoal poderia servir como meio de ascensão na carreira pública. As altas funções eram exclusivas de um grupo de indivíduos. Para ser um homem político em Roma, requeria elementos básicos como qualificação censitária, obrigação de serviço militar e determinação do estatuto social através das honras políticas. As virtudes públicas ou privadas são indicadas como exemplos aos jovens romanos da elite e aos cidadãos, que desde cedo eram educados para o serviço ao Estado.

Sêneca se referia ao homem virtuoso como sábio. O sábio devia sempre estar em busca da felicidade e progredir moralmente. Devia viver bem. Ele sabia distinguir o bem do mal, não podendo deixar-se influenciar por opiniões alheias, e por isto saberia ser reconhecido pela sociedade como cidadão, como “homem direito”. Este reconhecimento o traria uma posição privilegiada em meio às questões políticas e traria progresso intelectual. O sábio sabia que tendo atitudes corretas, sempre seria contemplado, exaltado e lembrado. Vejamos neste trecho:

“... com efeito, ao ter em vista o tornar-se útil aos cidadãos e aos mortais, aqueles que se põs em meio às atividades, administrando segundo sua possibilidade os assuntos comuns e particulares, acaba por exercitar e progredir ao tempo...” (SÊNECA, 2001. P.27).

É deste princípio que Sêneca chamava a atenção para a virtude. É importante salientar que a sociedade romana vinha enfrentando decadências de valores humanísticos. Tudo isto ficou testemunhado na obra **Sobre a Tranquilidade da Alma** de Sêneca, em forma de exemplos. Pois as forças dos exemplos eram capazes de orientar o homem em busca de uma vida melhor. Os exemplos, circunstâncias, acontecimentos e comparações eram tirados da vida todos os dias. Ao se identificar com o comportamento humano, Sêneca observou como o homem romano utilizava seu tempo. O tempo livre não dedicado ao trabalho vinha sendo utilizado de forma errada resultando nos chamados excessos. Em sua obra, conseguiu estabelecer inúmeras críticas aos excessos. Esses excessos podiam ser representados em festas, luxo, descanso, preguiça, corrupção, paixões, prazer e desejos. A falta de homens bons e honrosos levava à corrupção que dominava o Império; muitos se apoderavam do poder público para acumular riquezas e posições privilegiadas entre a elite. Desta forma, prejudicavam a si mesmo.

Sêneca ainda procurou demonstrar ao homem romano os perfis da virtude e dos vícios e onde podíamos encontrá-las nessa sociedade. Ele via a virtude como algo grande, elevado, régio, invencível, enquanto o vício era baixo, servil, fraco e frágil. As virtudes morais encontravam-se nos templos, nas praças públicas, nas escolas, no senado, nas praças de guerra e nas mãos do homem que trabalhava ao serviço do Estado. Os vícios, porém, têm seu lugar originário nos cabarés e nos lugares escuros. Ao optar pela prática da virtude (serviços ao Estado), devia o homem não agir de forma interesseira, pois ele tinha a obrigação de proporcionar o bem ao próximo. E de agir corretamente. Vejamos:

“... A prática da virtude não há de ser interesseira e, sim, prêmio de si mesma. O preço de todas as virtudes está nelas mesmas. Não se praticam em razão do prêmio: a recompensa está em ter agido corretamente...”(ULLMANN, 1996. P.44).

Segundo Sêneca, os desejos quando não moderados tendiam a adoecer a alma. Para os estoícos, todo ser humano era composto de alma e corpo. A alma era composta pelo fogo sagrado, enquanto o corpo por barro. Quando a alma ligada ao corpo a qual habitava adoecia, o homem encontrava-se insatisfeito, triste e perturbado, angustiado, etc. Este era o estado de desequilíbrio da alma, em que o corpo também sofria, pois era mais frágil que a alma (ULLMANN, 1996, p 19 a 27). Para Sêneca, o importante era a saúde da alma e seu estado de tranquilidade, pois estando a alma tranquila o corpo encontrava o seu equilíbrio e assim ambos estariam em harmonia. Devia o homem bom, para evitar o desequilíbrio de sua alma, recusar a amizade com homens corrompidos, pois, os vícios se espalhavam com facilidade sendo comparados a epidemias:

“... os vícios difundem-se, passam ao que está perto e o prejudicam com o contato. Assim como numa epidemia, é preciso tomar cuidado para não nos aproximarmos de corpos já atacados e ardendo na doença, porque atraímos o perigo e com a própria respiração podemos sucumbir. Assim, ao escolher os amigos, esforçemo-nos por tomá-lo o menos corrompido possível: o início da enfermidade é misturar os sãos com os doentes...” (SÊNECA. 2001. P. 39).

Os romanos se mostraram superiores a outros povos por seus costumes e instituições (*mores et instituta vitae*) e em sua forma de governo (*res publica*). Os valores humanísticos dos romanos estavam presentes em dois elementos fundamentais: nas *humanitas* e no *mos maiorum*. *Humanitas* derivava de *humanus*, que por sua vez estava relacionado com *homo* (“o homem”) e *húmus* (“terra”). Esta palavra designava seres humanos que eram dignos do nome de homem, por não serem bárbaros. Também poderia designar cultura literária, virtude da humanidade e estado de civilização. *Humanitas* também se referia ao homem virtuoso, bem educado e civilizado. Era um comportamento amigável entre os homens para discutir as questões políticas que envolviam a sociedade. As ideias morais e políticas dos romanos estavam fundadas no *mos maiorum*, ou seja, nas tradições. O homem romano trazia, em sua

bagagem educacional familiar, a valorização dos costumes de seus antepassados (Pereira, Maria Helena da Rocha, 1998, p 423 a 429 e 357 a 361).

A construção de um homem virtuoso acontecia lentamente e buscava a manutenção da tradição (*mos maiorum*). Na visão senequiana, o homem era uma criatura nascida tanto para contemplação quanto para ação, ou seja, significando um agir em prol da sociedade. A virtude aplicada à política poderia trazer ao indivíduo prestígio, podendo fazer uso de sua cidadania. Para Sêneca, somente a prática da virtude proporcionava uma posição social superior (nobres, nobilitas, homens novos, classes senatorial e equestre) e se demonstrava muito útil em uma carreira política, tornando o homem útil e bom, orientados sob o costume do Estado e das instituições dos antepassados.

Sêneca via nesses valores algo que poderia transformar o homem e que se encontrava ligado à virtude. Todo homem de bem deveria manter viva as chamas da virtude moral, pois essas davam segurança pra agir corretamente. Para isso, tornou-se comum o homem virtuoso dedicar-se aos estudos:

“... Se te houveres aplicado aos estudos, terás evitado o fastio da vida, não desejarás a chegada da noite por causa do tédio do dia, nem a ti serás pesado nem aos outros inútil; atrairás a muitos para a tua amizade, e os melhores afluirão a ti. Pois a virtude, ainda que obscura, nunca se esconde, mas envia de si sinais: quem quer dela houver sido digno a conhecerá seus vestígios...” (SÊNECA, 2001. P. 29).

Cabe valorizarmos a virtude que atuava no processo de formação do homem romano. Sêneca visava à formação de um “homem completo”, ou seja, moralmente desenvolvido, um homem dotado de cultura, de apreço pela política, hábil no uso das palavras, consciente de sua tradição, ou seja, um sujeito dotado de caráter. Para adquiri-la, o homem devia perpetuar o *mos maiorum*, os costumes dos antepassados, pois os exemplos eram capazes de afirmar aspectos da sociedade. Sêneca, em **Sobre a Tranquilidade da Alma**, argumentava suas ideias com o uso da razão e demonstrava-se preocupado em formar o homem sábio, agente social o homem com sabedoria de vida. Era este o ideal de homem romano que Sêneca idealizava para Roma nos primeiros séculos da era cristã.

Podemos concluir que Sêneca entendia por *virtus* tudo aquilo que se encontrava próximo ao homem romano, fazendo parte de uma filosofia que relacionava bons deveres e costumes. Assim, o pensamento senequiano que afirmava ser o homem uma criatura nascida tanto para a contemplação quanto para ação orientava a participação na vida pública de forma correta e como meio de garantir a virtuosidade e reconhecimento frente a uma sociedade romana decadente de valores morais.

### Fonte Impressa.

SÊNECA, Lúcio Aneu. *Sobre a Tranquilidade da Alma*. Editor: Neto. L. B. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

### Bibliografia.

ALFOLDY, G. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença 1989.

\_\_\_\_\_. “A concepção de Homem em Sêneca.” Maringá. Editora Aduem, 2009.

BRUN, J. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo. Editora UNESP, 1999.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e Política no Mundo Antigo*. SP: Atual, 2001.

GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GRIMAL, P. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica. Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

OLIVEIRA Terezinha e VISALLI, M. Angelita. In: MELO José Joaquim Pereira. “*O Estoicismo e o Império Romano*.” *Pesquisa em Antiguidade e Medievo. Olhares Interdisciplinares*. São Luíz do Maranhão: Editora UEMA, 2007. pp 145 a 154.

OLIVEIRA, Terezinha. e RIBEIRO, Elizabete Custódio da Silva (org.). In: PIRATELI, Marcelo Augusto. e MELO, José Joaquim Pereira. “*Sêneca e a Clemencia enquanto virtude Indispensável para o Chefe de Estado*”. *Pesquisa em Antiguidade e Idade Média. Olhares Interdisciplinares*. Maringá: Editora Aduem, 2009.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Editora Lisboa. Volume II- Cultura Romana. Lisboa, 1998.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *O Estoicismo Romano*. Editora Edipucrs. Porto Alegre, 1996.

VAYNE, Paul (org.). In: DUBY, G. e Áries, P. *História da Vida Privada. Do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19-223.